



## EDITAL Nº 001/2026 – CEAF/MPBA

*Dispõe sobre o processo seletivo para concessão de bolsas de estudo de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no âmbito do Programa de Fomento à Pesquisa Científica Institucional do Ministério Público do Estado da Bahia.*

**O CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL – CEAF**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Ato Normativo nº 01/2026, de 13 de janeiro de 2026, que institui o Programa de Fomento à Pesquisa Científica Institucional com Concessão de Bolsas de Estudo de Pós-Graduação *stricto sensu* no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia,

**CONSIDERANDO** a necessidade de promover a qualificação técnico-científica dos membros e servidores do Ministério Público do Estado da Bahia em áreas relevantes para a atuação institucional;

**CONSIDERANDO** a importância de fomentar pesquisas científicas alinhadas às prioridades temáticas definidas por Centros de Apoio Operacional, Corregedoria Administrativa e Superintendência de Gestão Administrativa;

**CONSIDERANDO** a disponibilidade orçamentária do Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado da Bahia (FMMP/BA) para o exercício de 2026;

### TORNA PÚBLICO

o presente Edital para realização de processo seletivo destinado à concessão de bolsas de estudo de pós-graduação *stricto sensu*, observados os seguintes critérios e condições:

### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1.** Este Edital regulamenta o processo seletivo para concessão de bolsas de estudo de pós-graduação *stricto sensu*, no âmbito do Programa de Fomento à Pesquisa Científica Institucional do Ministério Público do Estado da Bahia, nos termos do Ato Normativo nº 01/2026.

**Art. 2.** O custeio da capacitação dar-se-á por meio da concessão de bolsas de estudo parciais, correspondentes a 70% (setenta por cento) do valor da mensalidade, para cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com recursos do Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado da Bahia (FMMP/BA).

§1º Considera-se pós-graduação *stricto sensu*, para os efeitos deste Edital, os programas de mestrado e doutorado autorizados e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC).



§2º Os programas de mestrado e doutorado patrocinados deverão ser ofertados por instituição de ensino superior sediada no país, podendo ser realizados na modalidade presencial ou a distância, desde que em conformidade com as exigências do MEC.

**Art. 3.** O Programa tem por objetivo a ampliação do conhecimento e o aprimoramento dos integrantes da Instituição em áreas de interesse do Ministério Público do Estado da Bahia, visando à excelência dos serviços prestados e à produção de pesquisas científicas que contribuam para o aperfeiçoamento da atuação ministerial.

## CAPÍTULO II - DAS VAGAS

**Art. 4.** Serão disponibilizadas 20 (vinte) bolsas de pós-graduação, distribuídas da seguinte forma:

I – 10 (dez) bolsas para programas de mestrado, sendo:

- a) 7 (sete) bolsas para promotores e procuradores de justiça;
- b) 3 (três) bolsas para servidores efetivos.

II – 10 (dez) bolsas para programas de doutorado, sendo:

- a) 7 (sete) bolsas para promotores e procuradores de justiça;
- b) 3 (três) bolsas para servidores efetivos.

§1º As vagas não preenchidas em uma categoria não serão transferidas para outra, seja em relação ao tipo de curso (mestrado ou doutorado) ou à classe do beneficiário (membro ou servidor).

§2º Os membros e servidores selecionados no Programa de Subsídio à Pesquisa Científica Institucional, lançado por meio do Edital nº 08/2023 – CEAF, e ainda não contemplados, terão prioridade na concessão de bolsas, nos termos do art. 30 do Ato Normativo nº 01/2026.

§ 3º Sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores, nos termos do art. 7º do Ato Normativo nº 01/2026, será objeto de contratação direta a oferta de turma especial de mestrado profissional, com a previsão de até 10 (dez) vagas adicionais, destinadas a integrantes do MPBA, observada a disponibilidade orçamentária e os demais requisitos legais e regulamentares, cujo processo seletivo será disciplinado por edital próprio, com expectativa de ingresso no semestre 2026.1.

## CAPÍTULO III - DOS REQUISITOS E VEDAÇÕES

**Art. 5.** Poderão participar do processo seletivo membros e servidores ocupantes de cargo efetivo do Ministério Público do Estado da Bahia, ainda que no exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

**Art. 6.** Fica vedada a participação de candidato que:



- I – Estiver em estágio probatório;
- II – Tenha sofrido penalidade administrativa disciplinar nos últimos 2 (dois) anos que antecederem a publicação deste Edital;
- III – Estiver a menos de 4 (quatro) anos para atingir o requisito etário da aposentadoria compulsória;
- IV – Estiver em gozo de afastamentos não considerados de efetivo exercício pela lei, incluindo:
  - a) para membros do Ministério Público, as licenças previstas nos arts. 172, III, e 185 da Lei Complementar Estadual nº 11/1996, ou algum dos afastamentos disciplinados no art. 186;
  - b) para servidores do Ministério Público, as licenças e afastamentos previstos no art. 118, II, IV e XII, da legislação aplicável.
- V – Não cumprir todos os requisitos previstos no Ato Normativo nº 01/2026 e neste Edital.

#### **CAPÍTULO IV - DAS INSCRIÇÕES**

**Art. 7.** As inscrições serão realizadas no período de 27 de janeiro de 2026 a 23 de fevereiro de 2026, exclusivamente por meio de requerimento protocolado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI (Tipo de processo: “CEAF - Fomento à Pesquisa - Pós-Graduação”), dirigido ao Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e enviado para Unidade “CEAF - FOMENTO PESQ E INOV”.

Parágrafo único. Não serão aceitas inscrições após o prazo estabelecido no caput, cabendo ao CEAF divulgar a relação das inscrições homologadas até o dia 27 de fevereiro de 2026.

**Art. 8.** O candidato deverá instruir o requerimento de inscrição com os seguintes documentos:

- I – Formulário de Inscrição (Anexo I) devidamente preenchido.
- II – Declaração atualizada emitida pela instituição de ensino superior, indicando previsão de início e término do curso, local, horário, carga horária, valores e forma de pagamento;
- III – Declaração de aprovação em programa de mestrado ou doutorado, expedida pela instituição de ensino superior;
- IV – Declaração ou espelho de recomendação do programa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, com avaliação mínima de conceito 3 (três);
- V – Cópia do pré-projeto de pesquisa da dissertação ou tese, contendo todos os elementos previstos no Anexo VI, com extensão entre 5 (cinco) e 10 (dez) páginas, incluídas as referências;
- VI – Termo de Compromisso assinado (Anexo II);



VII – Comprovante de que a instituição de ensino superior está sediada no país;

VIII – Termo de Ciência das Vedações assinado (Anexo III);

IX – Para servidor, parecer não vinculante do superior imediato sobre a compatibilidade de horários entre o curso e o serviço prestado na unidade administrativa, que será submetido a posterior validação da Superintendência de Gestão Administrativa.

§1º O CEAF poderá solicitar ao candidato a apresentação de documentos complementares ou esclarecimentos necessários à análise do pedido, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da comunicação no expediente SEI correspondente.

§2º A não apresentação dos documentos exigidos ou a apresentação de documentação incompleta ou irregular implicará o indeferimento da inscrição.

## CAPÍTULO V - DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

**Art. 9.** Somente serão classificados os membros e servidores cujos pré-projetos de pesquisa guardem correlação temática com as áreas de interesse do Ministério Público do Estado da Bahia, assim consideradas aquelas desenvolvidas na atividade-fim ou atividade-meio, bem como com as atribuições do cargo ocupado, nos termos do art. 13 do Ato Normativo nº 01/2026.

Parágrafo único. A ausência de correlação temática implicará a eliminação do candidato do processo seletivo, independentemente da pontuação obtida nos demais critérios.

**Art. 10.** A classificação dos candidatos será obtida mediante a soma da pontuação nos critérios a seguir, observado o limite máximo de 100 (cem) pontos:

CRITÉRIO	ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
<b>1. AVALIAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA</b>			<b>30 pontos</b>
1.1 Consistência metodológica	Clareza na definição do problema, objetivos, metodologia e referencial teórico	0 a 15 pontos	15
1.2 Viabilidade	Exequibilidade do projeto no prazo previsto para conclusão do curso	0 a 8 pontos	8
1.3 Qualidade do programa	Programa com conceito CAPES 6 ou 7	7 pontos	7
	Programa com conceito CAPES 4 ou 5	4 pontos	



	Programa com conceito CAPES 3	0 pontos	
<b>2. ALINHAMENTO TEMÁTICO</b>			<b>25 pontos</b>
2.1 Tema prioritário	Pré-projeto diretamente vinculado a tema prioritário indicado pelos Centros de Apoio Operacional, Corregedoria Administrativa e Superintendência de Gestão Administrativa, e às necessidades da atividade-fim e atividade-meio da Instituição (Anexo V)	25 pontos	25
	Pré-projeto com interface parcial com tema prioritário	15 pontos	
	Pré-projeto sem vínculo direto com tema prioritário, mas com correlação temática com as atividades do MPBA	0 pontos	
<b>3. PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b>			<b>20 pontos</b>
3.1 Livro autoral	Livro publicado ou com submissão aceita, com ISBN (autoria integral), nos últimos 5 (cinco) anos.	5 pontos/livro	10
3.2 Capítulo de livro	Capítulo em obra coletiva ou com submissão aceita, com ISBN, nos últimos 5 anos	2 pontos/cap.	4
3.3 Artigo científico (Qualis superior)	Artigo publicado ou com submissão aceita em periódico com ISSN e Qualis A1 a B2, nos últimos 5 anos	2 pontos/artigo	4
3.4 Artigo científico (demais)	Artigo publicado ou com submissão aceita em periódico com	1 ponto/artigo	2



	ISSN e Qualis B3 a B5 ou sem Qualis, nos últimos 5 anos		
<b>4. PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL NO MPBA</b>			<b>20 pontos</b>
4.1 Liderança em Grupo de Estudos e Pesquisa	Atuação como líder de Grupo de Estudos e Pesquisa do MPBA	5 pontos/ano	10
4.2 Participação em Grupo de Estudos e Pesquisa	Atuação como integrante regular de Grupo de Estudos e Pesquisa do MPBA	2 pontos/ano	6
4.3 Docência institucional	Atuação como instrutor ou palestrante em cursos ou eventos do CEAF, nos últimos 3 anos	1 ponto/evento	4
<b>5. COMPROMISSO DE DISSEMINAÇÃO</b>			<b>5 pontos</b>
5.1 Plano de disseminação	Plano detalhado de compartilhamento dos resultados, com ao menos 2 ações concretas	5 pontos	5
	Plano genérico ou com apenas 1 ação concreta	2 pontos	2
	Ausência de plano ou plano inexecutável	0 pontos	0
<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL</b>			<b>100 pontos</b>

§1º A avaliação dos critérios 1 (Avaliação do Projeto de Pesquisa) e 2 (Alinhamento Temático) será realizada por Comissão Interna de Avaliação instituída pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, mediante distribuição cega dos projetos, assegurando-se a imparcialidade e a objetividade na atribuição das pontuações.

§2º Para fins de avaliação do critério 2.1 (tema prioritário), será considerada a lista de temas de pesquisa de interesse prioritário do MPBA, constante do Anexo V deste Edital, elaborada a



partir das indicações dos Centros de Apoio Operacional, Corregedoria Administrativa e Superintendência de Gestão Administrativa.

§3º Para cômputo da pontuação do critério 3 (Produção Científica), serão consideradas apenas publicações cujo conteúdo guarde pertinência com as áreas de atuação do Ministério Público.

§4º São exemplos de ações de disseminação para fins do critério 5: produção de manual, guia ou material técnico; realização de curso, palestra ou oficina; elaboração de parecer-modelo ou roteiro de atuação; entre outros.

**Art. 11.** Em caso de empate na pontuação final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

- I – Tiver maior tempo de exercício no cargo atual no Ministério Público do Estado da Bahia;
- II – For mais idoso.

**Art. 12.** A classificação no processo seletivo não garante, por si só, direito à concessão da bolsa de estudo, estando condicionada:

- I – À aprovação nos pareceres previstos no art. 17 do Ato Normativo nº 01/2026;
- II – À decisão favorável do Conselho Superior do Ministério Público, para membros, ou do Procurador-Geral de Justiça, para servidores;
- III – À disponibilidade orçamentária do FMMP/BA.

## CAPÍTULO VI - DOS PARECERES E DECISÕES

**Art. 13.** O fluxo de análise e decisão para concessão de bolsas será diferenciado para membros e servidores, conforme segue:

I – Para membros do Ministério Público:

- a) parecer do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) sobre os aspectos acadêmicos, adequação do projeto de pesquisa e pontuação do candidato;
- b) parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, atestando se o requerente está em dia com seus deveres funcionais e não sofreu penalidade administrativa disciplinar nos últimos 2 (dois) anos;
- c) parecer da Secretaria-Geral, analisando a compatibilidade entre a capacitação e a atuação funcional;
- d) decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia.

II – Para servidores do Ministério Público:



- a) parecer do CEAF sobre aspectos acadêmicos, adequação do projeto de pesquisa e pontuação do candidato;
- b) parecer da Corregedoria Administrativa do Ministério Público, atestando se o requerente está em dia com seus deveres funcionais e não sofreu penalidade administrativa disciplinar nos últimos 2 (dois) anos;
- c) parecer da Superintendência de Gestão Administrativa, analisando a compatibilidade entre a capacitação e a atuação no cargo ocupado;
- d) decisão do Procurador-Geral de Justiça.

## CAPÍTULO VII- DO RESULTADO

**Art. 14.** O CEAF divulgará o resultado preliminar do processo seletivo até o dia 12 de março de 2026, especificando os candidatos classificados com as respectivas pontuações e os cursos indicados.

Parágrafo único. Da divulgação do resultado preliminar caberá recurso ao Procurador-Geral de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**Art. 15.** Após o julgamento dos recursos interpostos, o CEAF divulgará o resultado definitivo do processo seletivo até o dia 21 de março de 2026, especificando a classificação final para efeito de concessão das bolsas.

§1º A classificação final no processo seletivo não garante, por si só, direito ao custeio das mensalidades e taxas de matrícula, estando condicionada a apresentação dos documentos solicitados e à disponibilidade orçamentária.

§2º O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano. Caso surjam vagas em razão de desistências, novas bolsas poderão ser concedidas, observada a lista de classificação geral.

**Art. 16.** Após a divulgação das concessões de bolsas de estudo, os beneficiários deverão apresentar ao CEAF, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a declaração de matrícula ou o contrato de prestação de serviços educacionais assinado pelas partes, sob pena de perda do direito à bolsa.

## CAPÍTULO VIII - DAS BOLSAS DE ESTUDO

**Art. 17.** O custeio das bolsas de estudo será parcial, correspondendo a 70% (setenta por cento) da mensalidade do curso, observados os seguintes limites mensais:

- I – Até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para mestrado;
- II – Até R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para doutorado.





§1º Os membros do Ministério Público afastados da titularidade para cursar pós-graduação stricto sensu farão jus à bolsa de estudo equivalente a 30% (trinta por cento) dos valores previstos no caput.

§2º O beneficiário será responsável pelo pagamento da parcela que ultrapassar o limite mensal estabelecido, bem como pelos custos com taxas adicionais decorrentes de mora no pagamento das mensalidades e taxas de matrícula.

§3º A bolsa de estudos inclui as taxas de matrícula e mensalidades, excluindo-se despesas adicionais como material didático e custos de deslocamento.

§4º Os valores previstos neste artigo serão reajustados anualmente, no mês de janeiro, com base na variação acumulada do IPCA ou índice que venha a substituí-lo, nos termos do art. 34 do Ato Normativo nº 01/2026.

**Art. 18.** O bolsista efetuará o pagamento diretamente à Instituição de Ensino e será reembolsado pelo valor custeado, diretamente em folha de pagamento, mediante indenização, após apresentação dos comprovantes de quitação.

§1º Em nenhuma circunstância o reembolso se caracteriza como vencimento, remuneração ou qualquer forma de complementação salarial.

§2º Se a instituição de ensino superior oferecer descontos na mensalidade ou na matrícula, o reembolso será limitado ao valor efetivamente pago pelo beneficiário.

**Art. 19.** O comprovante de pagamento deverá ser enviado à Diretoria de Gestão de Pessoas até o dia 10 do mês seguinte ao vencimento da parcela, contendo obrigatoriamente:

I – Nome e CNPJ da Instituição de Ensino Superior;

II – Valor pago;

III – Período correspondente ao pagamento;

IV – Data de vencimento da matrícula ou mensalidade;

V – Confirmação assinada pelo beneficiário sobre a prestação efetiva do serviço.

Parágrafo único. A falta de apresentação do comprovante no prazo estabelecido resulta na perda do direito ao reembolso daquela parcela.

## CAPÍTULO IX - DOS DEVERES DOS BOLSISTAS

**Art. 20.** São deveres dos bolsistas:

I – Apresentar, ao final do curso, cópia do trabalho final, diploma ou certificado, histórico escolar e avaliação do curso;

II – Contribuir para o aprimoramento das atividades da Instituição, compartilhando os conhecimentos adquiridos;



- III – Prestar informações sobre o curso e a Instituição de Ensino quando solicitado;
- IV – Informar ao CEAF qualquer alteração nas datas de início ou de conclusão do curso;
- V – Apresentar declaração de frequência e aprovação das disciplinas ao final de cada semestre letivo;
- VI – Cumprir o plano de disseminação apresentado na inscrição.

§1º O período de compromisso é igual ao do curso concluído, durante o qual o bolsista deve continuar atuando junto à Instituição, sob pena de ressarcimento proporcional ao erário.

§2º O beneficiário deverá concluir o curso de mestrado em até 3 (três) anos e o curso de doutorado em até 5 (cinco) anos.

## **CAPÍTULO X - DO CANCELAMENTO DA BOLSA**

**Art. 21.** As bolsas de estudo serão canceladas nas seguintes situações:

- I – Não apresentação, a qualquer tempo, de documentos essenciais para a obtenção da bolsa;
- II – Desligamento do Programa de Pós-Graduação pela instituição de ensino;
- III – Desistência do curso;
- IV – Trancamento do curso sem autorização do CEAF;
- V – Aposentadoria, exoneração, vacância, demissão ou falecimento;
- VI – Posse em cargo incompatível;
- VII – Licença para tratar de interesses particulares, atividade política ou mandato classista;
- VIII – Afastamento para mandato eletivo, cessão ou requisição por outro órgão;
- IX – Descumprimento das disposições do Ato Normativo nº 01/2026 ou deste Edital.

§1º O candidato com bolsa cancelada ficará impedido de participar de novos processos seletivos pelo prazo de 2 (dois) anos.

§2º O bolsista poderá solicitar o trancamento da bolsa, sem ônus adicional, nas hipóteses do art. 26 do Ato Normativo nº 01/2026.

## **CAPÍTULO XI - DO RESSARCIMENTO**

**Art. 22.** O beneficiário deverá ressarcir ao MPBA o valor total despendido com a bolsa nas seguintes situações:

- I – Desligamento voluntário ou compulsório, reprovação ou jubramento no curso;
- II – Demissão, exoneração ou aposentadoria voluntária após a conclusão do curso, aplicando-se o critério da proporcionalidade ao período de compromisso restante;



III – Descumprimento da obrigação de que o tema da pesquisa esteja relacionado à atividade funcional e beneficie o Ministério Público.

§1º O ressarcimento será realizado em prestações mensais, no valor equivalente ao da bolsa recebida, com número de parcelas correspondente aos meses em que o benefício foi pago.

§2º Em casos de desligamento voluntário ou reprovação com justificativa plausível, o Procurador-Geral de Justiça avaliará as alegações para decidir sobre eventual dispensa do ressarcimento.

## CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 23.** O valor máximo anual a ser utilizado para custeio dos cursos de pós-graduação será de 5% (cinco por cento) das receitas de fontes diretamente arrecadadas pelo FMMP/BA no exercício anterior.

Parágrafo único. Ultrapassado o limite estabelecido ou em hipóteses de contingenciamento de despesas ou insuficiência orçamentária, poderá haver suspensão da concessão de novas bolsas ou redução pro rata dos incentivos concedidos.

**Art. 24.** Em nenhuma hipótese será possível efetuar o ressarcimento de mensalidades pagas pelos interessados anteriormente à divulgação do resultado definitivo desse processo seletivo.

**Art. 25.** Os casos omissos ou situações não previstas neste Edital serão resolvidos pelo CEAF, com recurso ao Procurador-Geral de Justiça.

**Art. 26.** Esse Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 27 de janeiro de 2026.

---

**MÁRCIO JOSÉ CORDEIRO FAHEL**

Promotor de Justiça  
Coordenador do CEAF



## ANEXO I – CRONOGRAMA

ETAPA	PERÍODO
Período de inscrições	27/01/2026 a 23/02/2026
Divulgação da lista de inscrições homologadas	Até 27/02/2026
Análise documental	27/02/2026 a 11/03/2026
Divulgação do resultado preliminar	Até 12/03/2026
Prazo para interposição de recursos	13/03/2026 a 19/03/2026
Julgamento dos recursos	Até 20/03/2026
Divulgação do resultado definitivo	Até 21/03/2026
Prazo para apresentação da declaração de matrícula	Até 10 dias úteis após a concessão da bolsa

## ANEXO II - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DISPONÍVEL NO SEI

Após abertura no SEI do Tipo de processo: “CEAF - Fomento à Pesquisa - Pós-Graduação”, inserir documento “CEAF - Bolsa de Pós-Graduação - Inscrição”

## ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO

Disponível em: <https://ceafpesquisa.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2026/01/ANEXO-III---TERMO-DE-COMPROMISSO.pdf>

## ANEXO IV – TERMO DE CIÊNCIA DAS VEDAÇÕES

Disponível em: <https://ceafpesquisa.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2026/01/ANEXO-IV---TERMO-DE-CIENCIA-DAS-VEDACOES.pdf>

## ANEXO V – TEMAS DE PESQUISA DE INTERESSE PRIORITÁRIO DO MPBA

Disponível em: <https://ceafpesquisa.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2026/01/ANEXO-V---TEMAS-DE-PESQUISA-DE-INTERESSE-PRIORITARIO-DO-MPBA.pdf>

## ANEXO VI – MODELO DE PRÉ-PROJETO DE PESQUISA

Disponível em: [https://ceafpesquisa.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2026/01/ANEXO-VI\\_MODELO-DE-PREPROJETO\\_PROGRAMA\\_DE\\_BOLSA.pdf](https://ceafpesquisa.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2026/01/ANEXO-VI_MODELO-DE-PREPROJETO_PROGRAMA_DE_BOLSA.pdf)